



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS
ESTADO DE MINAS GERAIS
DEPARTAMENTO JURÍDICO

Destinatário: Presidência da Presidência da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final.

Referente : Projeto de Lei Ordinária nº 16, de 05 de março de 2021.

PARECER JURÍDICO FACE AO PROJETO DE
LEI ORDINÁRIA Nº 16/2021, DE INICIATIVA
DOS NOBRES VEREADORES MARIA ELENA
FARIA FRAGA E FABIANO GOMES DE LIMA,
QUE ESTABELECE AS IGREJAS, OS TEMPLOS
RELIGIOSOS DE QUALQUER CULTO E AS
COMUNIDADES MISSIONÁRIAS COMO ATI-
VIDADE ESSENCIAL NO MUNICÍPIO DE ITAÚ
DE MINAS/MG.

DO RELATÓRIO

Em 05 de março de 2021 foi apresentado ao presente Setor Jurídico desta nobre Câmara Municipal, para emissão de Parecer, o Projeto de Lei Ordinária nº 16, de 05 de março de 2021, devidamente acompanhado de sua Mensagem, ambos da lavra dos ilustres Vereadores Maria Elena Faria Fraga e Fabiano Gomes de Lima.

Dito Projeto de Lei Ordinária, ora sob análise, estabelece as igrejas, os templos religiosos de qualquer culto e as comunidades missionárias como atividade essencial no município de Itaú de Minas/MG.

É o sucinto relatório.



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS
ESTADO DE MINAS GERAIS
DEPARTAMENTO JURÍDICO

DA INICIATIVA DO PROJETO DE LEI

A nova Lei Orgânica do Município de Itaú de Minas – MG, com início de vigência a partir de 1º de janeiro de 2019, estabelece :

Art. 56 – A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer Vereador ou Comissão da Câmara, ao Prefeito Municipal e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica.

De acordo com o artigo, supra, a iniciativa de Leis Ordinárias no Município cabe a qualquer Vereador ou Comissão da Câmara, ao Prefeito Municipal ou, ainda, aos cidadãos, nas formas consignadas no corpo da Lei Orgânica local.

Com efeito, nenhuma mácula atinge a presente proposição no tocante, especificamente, à “iniciativa” de seu Processo Legislativo, posto que apresentado pelos ilustres Vereadores Maria Elena Faria Fraga e Fabiano Gomes de Lima, em sintonia às normas de regência.

Não bastasse, o inciso VI do artigo 28 da Lei Orgânica Municipal estipula, em sintonia, que o tema sob análise pertence à seara de atuação desta ilustre Casa Legislativa, nos seguintes termos, *in verbis* :

Art. 28. Cabe à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, deliberar sobre as matérias de competência do Município, especialmente:

(...)

VI- normas gerais relativas ao planejamento e execução de funções de interesse comum, a cargo das associações urbanas ou Distritos;

De todo o exposto, inexistem vícios à “iniciativa” do presente Projeto de Lei, posto respeitar as diretrizes legais acerca da competência para assim agir, amoldando-se o feito, no ponto sob análise, ao ordenamento jurídico vigente.

DA COMPETÊNCIA MUNICIPAL PARA LEGISLAR O TEMA

Noutro aspecto, agora no tocante à competência outorgada aos Municípios para instituir norma voltada ao disciplinamento da matéria retratada no presente Processo Legislativo, segue, inicialmente, texto do art. 30 de nossa Constituição Federal, o qual assevera, *in verbis* :



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS
ESTADO DE MINAS GERAIS
DEPARTAMENTO JURÍDICO

Art. 30. Compete aos Municípios :

I - legislar sobre assuntos de interesse local (...);

V - organizar e prestar (...) os serviços públicos de interesse local (...).

Some-se a isso, em sintonia, os termos da Constituição do Estado de Minas Gerais que, além de reforçar a diretiva constitucional, supra, também reafirmou a competência dos Municípios para instituir normas sobre “*assuntos de interesse local*”, nos seguintes termos :

Art. 169 – O Município exerce, em seu território, competência privativa e comum ou suplementar, a ele atribuída pela Constituição da República e por esta Constituição.

(...)

Art. 171 – Ao Município compete legislar:

I – sobre assuntos de interesse local (...).

E em perfeita harmonia às normas superiores acima destacadas, a Lei Orgânica Municipal, por sua vez, pronunciou-se expressamente tanto no tocante aos assuntos de interesse local quanto, ainda, a matérias que tangenciam a disciplina que se busca instituir junto ao ordenamento jurídico municipal, conforme segue, *in verbis* :

Art. 10. Compete ao Município prover a tudo quanto respeite a seu interesse, e entre outras atribuições:

I- legislar sobre assuntos de interesse local;

II- suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

(...)

IX- promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;

(...)

Art. 11. É competência comum da União, do Estado, e do Município:

I- zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;

Assim, exatamente para tratar de “*assuntos de interesse local*” (inciso I, art. 10, LOM), apresenta-se pacífico ao Município de Itaú de Minas legislar sobre a matéria tratada no presente Projeto de Lei, sem máculas a daí emergir.



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS
ESTADO DE MINAS GERAIS
DEPARTAMENTO JURÍDICO

DA ANÁLISE DA MATÉRIA

De acordo com o projeto, diante da situação excepcional vivenciada devido à pandemia da COVID-19, as igrejas, locais de culto e suas atividades realizadas dentro e fora de suas dependências necessariamente ficam caracterizados e reconhecidos como atividade essencial.

O projeto prevê, ainda, que existindo permissão para a abertura dos templos para a realização de suas atividades, deverá a organização religiosa adotar as medidas de preservação da segurança ou biossegurança de seus membros nos termos das diretrizes adotadas pelos órgãos reguladores competentes.

O tema, como se sabe, pertence ao rol de competências concorrentes entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 23 de nossa Constituição Federal, na passagem abaixo transcrita :

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

(...)

II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;

A propósito disso, o Poder Judiciário pátrio debruçou-se, à pouco, no debate sobre competência concorrente entre os entes federativos para legislar e atuar na seara em questão, tendo então o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), por unanimidade, confirmado o entendimento de que as medidas adotadas pelo Governo Federal para o enfrentamento do novo coronavírus não afastam a competência concorrente disciplinada em nossa Carta Magna e também não afastam a tomada de providências normativas e administrativas por esses mesmos entes, dentre eles os municípios, como no caso, tudo como disposto na ementa proferida no julgamento da medida liminar da ação, ao final mantida, abaixo transcrita :

MEDIDA CAUTELAR EM AÇÃO DIRETA DA INCONSTITUCIONALIDADE. DIREITO CONSTITUCIONAL. DIREITO À SAÚDE. EMERGÊNCIA SANITÁRIA INTERNACIONAL. LEI 13.979 DE 2020. COMPETÊNCIA DOS ENTES FEDERADOS PARA LEGISLAR E ADOTAR MEDIDAS SANITÁRIAS DE COMBATE À EPIDEMIA INTERNACIONAL. HIERARQUIA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE. COMPETÊNCIA COMUM. MEDIDA CAUTELAR PARCIALMENTE DEFERIDA.

(...)



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS
ESTADO DE MINAS GERAIS
DEPARTAMENTO JURÍDICO

3. O pior erro na formulação das políticas públicas é a omissão, sobretudo para as ações essenciais exigidas pelo art. 23 da Constituição Federal. É grave que, sob o manto da competência exclusiva ou privativa, premiem-se as inações do governo federal, impedindo que Estados e Municípios, no âmbito de suas respectivas competências, implementem as políticas públicas essenciais. O Estado garantidor dos direitos fundamentais não é apenas a União, mas também os Estados e os Municípios.
4. A diretriz constitucional da hierarquização, constante do caput do art. 198 não significou hierarquização entre os entes federados, mas comando único, dentro de cada um deles.
5. (...) O exercício da competência da União em nenhum momento diminuiu a competência própria dos demais entes da federação na realização de serviços da saúde, nem poderia, afinal, a diretriz constitucional é a de municipalizar esses serviços.
(...)
7. Como a finalidade da atuação dos entes federativos é comum, a solução de conflitos sobre o exercício da competência deve pautar-se pela melhor realização do direito à saúde, amparada em evidências científicas e nas recomendações da Organização Mundial da Saúde.
(STF; ADI 6341 MC; Plenário, rel. Min. Marco Aurélio, red. p/ o ac. Min. Edson Fachin, julgamento em 15.4.2020)

Noutro ponto, ora analisando questões de direito material incidentes na questão, vê-se que o projeto encontra fundamento no art. 5º, VI, da Constituição Federal, que assegura o livre exercício dos cultos religiosos e garante a proteção aos locais de culto e a suas liturgias.

Neste sentido, foram editados os Decretos Federais nº 10.282/20 e nº 10.292/20, que dispõem sobre as atividades consideradas essenciais, neles sendo expressamente enquadradas as atividades religiosas, nos seguintes termos :

Art. 3º. As medidas previstas na Lei nº 13.979, de 2020, deverão resguardar o exercício e o funcionamento dos serviços públicos e atividades essenciais a que se refere o § 1º.

§ 1º. São serviços públicos e atividades essenciais aqueles indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, assim considerados aqueles que, se não atendidos, colocam em perigo a sobrevivência, a saúde ou a segurança da população, tais como:

(...)

XXXIX - atividades religiosas de qualquer natureza, obedecidas as determinações do Ministério da Saúde; (...)

Ressalte-se, por fim, que o projeto resguarda o interesse público ao prestar serviço de apoio espiritual a toda pessoa que esteja aflita, doente ou necessitando de quaisquer outros auxílios, pacificando, por mais essa razão, a legalidade e constitucionalidade das diretivas que se busca, pela presente proposição, inserir ao ordenamento jurídico municipal.



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAÚ DE MINAS
ESTADO DE MINAS GERAIS
DEPARTAMENTO JURÍDICO

CONCLUSÃO

Com base em todo o exposto, conclui-se então que :

- 1º) O Projeto de Lei não possui vício de iniciativa.
- 2º) O Projeto de Lei está de acordo com o ordenamento jurídico brasileiro.

CONCLUSÃO FINAL :


Cabe aos ilustres Vereadores avaliar a oportunidade e a conveniência da “aprovação” ou da “não aprovação” do presente Projeto de Lei.

É O PARECER.

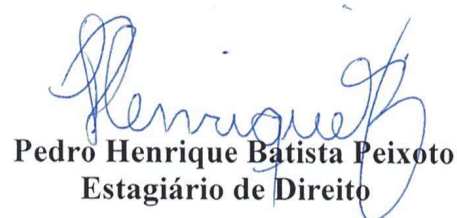
Itaú de Minas, 30 de março de 2021.



Vinícius Araújo Cunha
Advogado CMIM
OAB/MG 94.056



João Vitor de Andrade Silveira
Estagiário de Direito



Pedro Henrique Batista Peixoto
Estagiário de Direito